

**FAA**Fundação Educacional  
Dom André Arcoverde**CONTRATO****CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2025**

**Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a Fundação D. André Arcoverde – Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi e a empresa Wagner Engenharia Eireli, decorrente da Concorrência nº. 001/2025.**

A **Fundação D. André Arcoverde**, fundação privada inscrita no CNPJ sob o n. **32.354.011/0001-66**, sediada e estabelecida na rua Sargento Vitor Hugo, nº 161, bairro de Fátima, Valença-RJ, mantenedora do Hospital Escola Luiz Gioseff Jannuzzi, neste ato denominada CONTRATANTE, representada por seu Presidente José Rogério Moura de Almeida Neto, brasileiro, casado, identidade nº **126282912 IFP/RJ**, CPF nº **095.177.327-59**, e a empresa **Wagner Engenharia Eireli**, CNPJ/MF nº **35.750.041/0001-80**, sediada na Avenida Vereador Chequer Elias, nº 3131, Vila Helena, Barra do Piraí-RJ, neste ato denominada CONTRATADA, representada por **Rísley Possati Campos**, brasileiro, casado, engenheiro, identidade nº **851000380/D** expedida pelo CREA-RJ, CPF nº **322.828.697-53**, celebram o presente instrumento de contrato em decorrência da **CONCORRÊNCIA Nº. 001/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** - O presente Contrato tem por objeto a **Prestação de Serviços comuns de Engenharia Civil, em regime de empreitada por PREÇO GLOBAL**, com prazo determinado para Contratação de Empresa para Execução de Serviços de Reforma do Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi, com o fornecimento materiais necessários (equipamentos, peças, materiais de consumo, insumos e mão de obra), conforme memorial descritivo/cálculo e projetos anexos ao Edital, de acordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e Termo de Referência (ANEXO II) a este Edital.

**1.2** - Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Edital, seus anexos e a Proposta Comercial da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO**

**2.1** O gerenciamento desta contratação ficará a cargo da Gerência Operacional da Fundação D. André Arcoverde, a qual deverá dirimir quaisquer dúvidas surgidas no curso de sua execução, exercendo em toda sua plenitude ação fiscalizadora.

**2.2** A fiscalização desta contratação ficará a cargo da Coordenação de Engenharia da FAA, que deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**2.3** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e normas legais.

**2.4** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**2.5** O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1** O preço global do presente contrato é de R\$ **1.285.552,70 (Um milhão Duzentos e Oitenta e Cinco Mil, Quinhentos e Cinquenta e dois reais e setenta centavos)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

**3.2** O pagamento será efetuado rigorosamente de acordo com o cronograma Físico-Financeiro, após as certificações do serviço executado. O respectivo pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

**3.3** - O prazo máximo para a efetivação do pagamento de cada parcela será de até 30 (trinta) dias após a conclusão e aceite das etapas executadas, mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal, devidamente discriminada, que será conferida e atestada pela Comissão Técnica designada para recebimento do(s) serviço(s).

**3.3.1** O pagamento de cada parcela estará condicionado à apresentação das certidões de regularidade junto ao INSS, FGTS, bem como perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

**3.4** - A última parcela ocorrerá quando do recebimento definitivo do empreendimento **CONTRATADA**, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pelos Responsáveis Técnicos da **CONTRATANTE** e prova da manutenção das condições de habilitação previstas neste edital.

**3.5** - A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela **CONTRATADA** em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida das seguintes informações:

**3.5.1** - Indicação do objeto do contrato;

**3.5.2** - Indicação do **Contrato de Repasse nº 960397/2024/MS/CAIXA**, celebrado entre a Fundação Educacional D. André Arcoverde e Ministério da Saúde/Caixa Econômica Federal, originário dos recursos para o presente contrato;

**3.5.3** - Indicação da fase do cronograma físico-financeiro a que se refere o faturamento (quando for o caso);

**3.5.4** - Destaque conforme regulação específica das retenções Incidente sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;

**3.5.5** - Dados Bancários da **CONTRATADA**: Banco, Agência, Conta-Corrente, Código de Identificação (se houver);

**3.5.6** - Em caso de irregularidade na emissão de documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

**3.6** - São condições para que a Fundação efetue qualquer liquidação e pagamento de despesa do contrato:

**3.6.1** - Documento fiscal emitido conforme o disposto no item 3.4;

**3.6.2** - Regularidade fiscal para com as fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social, e FGTS, considerada na data de liquidação de despesa;

**3.7** - Existência de garantia atendendo às exigências constantes neste contrato, sem que o atraso daí decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza;- Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso daí decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

**4.1** O prazo de vigência contratual será de 04 (quatro) meses, contados do recebimento da ordem/termo de início dos serviços pela **CONTRATADA**, findando-se após o recebimento definitivo dos serviços.

**4.2** Os serviços deverão ser executados no prazo de até 12(doze) meses, contados do recebimento da ordem de serviços pela **CONTRATADA**.

**4.3** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, sem culpa da **CONTRATADA**, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, que deverá ser formalizado mediante a celebração do competente termo aditivo.

**4.4** Quando a não conclusão do contrato dentro do prazo estipulado, decorrer por culpa exclusiva da **CONTRATADA**:

a) ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**5.1** O contrato será extinto quando findo o prazo previsto na cláusula 4.1, depois de executado o objeto contratual.

**5.2** O contrato poderá ser extinto antes de cumprido o prazo nele fixado, por algum dos motivos abaixo elencados:

- a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato designado para acompanhar sua execução ou pelo Gestor do Contrato;
- c)** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d)** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da **CONTRATADA**;
- e)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**5.2.1** Previamente à resolução do contrato previsto nas hipóteses acima, será assegurado à **CONTRATADA** a ampla defesa e o contraditório.

**5.3** O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo fixado no item 4.1, mediante acordo entre as Partes.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão recebidos:

- a)** Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b)** Definitivamente, pela comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.2.** O recebimento provisório acontecerá imediatamente após a finalização da obra.

**6.3.** O recebimento definitivo acontecerá em até 30 (trinta) dias consecutivos contados do recebimento provisório.

**6.4.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**6.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.6.** Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da **CONTRATADA**.

**6.7.** O recebimento definitivo pela FUNDAÇÃO não eximirá a **CONTRATADA**, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, a **CONTRATADA** ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta vencedora.

**7.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**7.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**8.2** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

**8.3** Analisar e aprovar o projeto das instalações provisórias e canteiro de serviço apresentados pela Contratada no início dos trabalhos.

**8.4** Indicar o local de instalação da placa da obra, verificar a sua instalação no prazo estabelecido.

**8.5** Acompanhar as condições de organização, segurança dos trabalhadores e das pessoas que transitam no canteiro da obra, de acordo com norma própria (ABNT), exigindo da Contratada as correções necessárias.

**8.6** Exigir da Contratada o uso por todos os seus operários, bem como dos seus prestadores dos serviços contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.

**8.6.1** Exigir da Contratada, quando do início dos serviços, o envio dos documentos relativos ao cumprimento das normas de segurança do trabalho, sendo:

- I. PGR vigente;
- II. PCMSO vigente;
- III. Cartões de Vacina atualizados de todos os prestadores de serviço que atuarão na

instituição;

- IV.** Certificados de Treinamentos Aplicáveis. Ex: Trabalho em Altura (NR35), Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR10), etc;
- V.** Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), evidenciando que os colaboradores estão aptos a exercerem suas atividades, incluindo as atividades especiais (NR 35, NR 33, NR 10, etc);
- VI.** Ficha de Registro dos funcionários na empresa prestadora de serviço;
- VII.** Ficha de Distribuição de EPIs atualizadas, de todos os prestadores de serviço que atuarão na instituição.

**8.6.2** Esta exigência se aplicará aos subcontratados pela Contratada.

**8.7 Acompanhar todas as etapas de execução e liberar a etapa seguinte.**

**8.8** Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços e obras em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais contratados pela Contratante.

**8.9.** Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos desenhos, memoriais, especificações e demais elementos de projeto, sempre com a participação e anuência de um colaborador especialmente designado pela FUNDAÇÃO, solicitando, quando necessário, a presença dos autores dos projetos no canteiro da obra.

**8.10.** Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços e obras.

**8.11.** Paralisar e/ou solicitar que seja refeito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com projeto, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.

**8.12.** Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições.

**8.13.** Exigir da Contratada a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais ou equipamentos para recuperar atrasos de cronograma.

**8.14.** Aplicar as sanções previstas neste contrato.

**8.15.** Consultar os órgãos/concessionárias de serviço sobre a capacidade de atendimento à obra/serviço pelas redes públicas de energia elétrica, água e esgoto.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** São obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras implícitas nos Anexos do Edital de Licitação:



- 9.2.** Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços.
- 9.3.** Permitir e facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.
- 9.4.** Acatar toda orientação advinda da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO com relação à obra/serviço.
- 9.5.** Manter, durante a vigência do contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo licitatório, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela FUNDAÇÃO.
- 9.6.** Executar no prazo acordado e utilizando a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições do Edital de Licitação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, aos Projetos.
- 9.7.** Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.
- 9.8.** Ser responsável civil pela obra/serviço e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na licitação da obra, que deverá ter todo poder para representá-la junto da FUNDAÇÃO.
- 9.9.** Programar, quando solicitado, visita ao local da obra/serviço, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.
- 9.10.** Manter no local da obra o “Diário de Obras” atualizado, no qual deverão ser feitas anotações diárias referentes às particularidades e ocorrências da obra, reclamações, advertências e questões de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes, bem como, sobre o andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão de obra, etc, registrando, em especial: Pessoal efetivo, descrevendo a quantidade e função. Descrição das atividades e frentes de serviço em desenvolvimento. Equipamentos disponíveis. Avanço físico da obra. Registros de ensaios de qualidade dos materiais empregados. Registros quanto as ações de Segurança do Trabalho. Anotações do Responsável Técnico da obra. Anotações da FISCALIZAÇÃO da Fundação Benjamin Guimarães. Informações climáticas. Acidentes de trabalho, e outros.
- 9.11.** Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, a Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) de execução da obra junto ao CREA/RJ ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR.
- 9.12.** Apresentar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início dos serviços, o comprovante da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), conforme Instrução Normativa IN RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018, da Receita Federal do Brasil.



**9.13.** Analisar os projetos e, uma vez identificada quaisquer inconformidade e/ou incompatibilidade, comunicar a FUNDAÇÃO, no prazo de até 03 (Três) dias corridos, contado da data de recebimento da Ordem de Início dos serviços, para adoção, em tempo hábil, das providências cabíveis.

**9.14.** Responsabilizar-se pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, energia, necessárias para a execução da obra, se for o caso.

**9.15.** Encaminhar a FUNDAÇÃO, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução da obra, solicitação de aditivo ao Contrato, até 90 (noventa) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do novo prazo proposto, para análise e aprovação.

**9.16.** Encaminhar a FUNDAÇÃO, no caso da verificação no decorrer da obra da necessidade de acréscimo de serviços ou serviços não previstos no contrato, solicitação de aditivo de valor ao contrato, até 10 (dez) dias corridos após a sua constatação, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes, para análise e aprovação.

**9.16.1.** Após o exame e aprovação das justificativas apresentadas e acerto da planilha, a CONTRATADA deverá entregar à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO o novo Cronograma da obra adequado, visando à formalização do aditivo.

**9.17.** Executar todo e qualquer serviço extra, alterações de projetos ou especificações, somente após a formalização do respectivo termo aditivo, salvo os de emergência, necessários à estabilidade ou segurança da obra, do pessoal nela envolvido, ou de edificações vizinhas, comunicando imediatamente à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO sobre o fato.

**9.17.1.** Tais serviços somente serão aceitos como de emergência se assim forem caracterizados posteriormente pela FUNDAÇÃO e serão medidos e quantificados de acordo com a qualificação de mão de obra e quantidade de materiais e equipamentos utilizados, sempre de acordo com as especificações, normas e procedimentos da Fundação Dom André Arcoverde.

**9.18.** Comunicar à FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.

**9.19.** Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.

**9.20.** Cumprir as normas de proteção à saúde e segurança dos trabalhadores e de terceiros no perímetro da obra.

**9.21.** Determinar o uso obrigatório, por todos os seus operários, bem como dos prestadores dos serviços contratados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente.



- 9.21.1.** Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA o custo desses Equipamentos.
- 9.20.** Manter seus empregados, quando nas dependências da FUNDAÇÃO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA.
- 9.21.** Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e sejam eles fornecidos ou não pela FUNDAÇÃO.
- 9.22.** Executar qualquer atividade, trabalho ou serviços noturnos ou em horários especiais **somente com autorização prévia** da FISCALIZAÇÃO da FUNDAÇÃO.
- 9.22.1.** O trabalho noturno não será considerado ônus da FUNDAÇÃO, cabendo à CONTRATADA absorver esse custo adicional.
- 9.22.2.** A obra será executada em um Hospital que estará em pleno funcionamento. Portanto, é imprescindível que a CONTRATADA planeje e organize a execução dos serviços de forma a minimizar os impactos nas atividades hospitalares. A obra deverá ser executada em etapas, planejada em conjunto com a Contratante, garantindo a continuidade dos serviços de saúde.
- 9.22.3.** A CONTRATADA deverá prever a realização de atividades construtivas em horários noturnos, finais de semana e feriados, sempre que necessário, para evitar a interrupção dos serviços de saúde e minimizar o incômodo aos pacientes, funcionários e visitantes do Hospital.
- 9.23.** Providenciar toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de resguardar a integridade dos serviços executados e evitar qualquer tipo de acidente.
- 9.24.** Armazenar os materiais empregados na obra em local apropriado e organizado, de forma a evitar a sua contaminação, inclusive a do meio ambiente, de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas, a circulação do material e a não provocar empuxos e sobrecargas excessivas nas estruturas.
- 9.25.** Remover o entulho, lixo e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de sua execução e, especialmente, ao seu final, dando destinação em conformidade com as exigências legais.
- 9.26.** Responsabilizar-se pela gestão dos resíduos decorrentes da execução da obra, em conformidade com a Resolução do CONAMA nº 307/2002, cuidando do transporte dos materiais inaproveitáveis e entulhos, resultantes de escavações, perfurações e demolições, quer no local da obra, quer para outro local.
- 9.27.** A CONTRATADA deverá implementar todas as medidas necessárias para assegurar a salubridade e segurança dos ambientes hospitalares durante a execução da obra. Isso inclui, mas não se limita a:
- a. Isolamento eficaz das áreas em obra para prevenir a dispersão de poeira e detritos.

- b. Controle rigoroso de ruídos para minimizar o impacto sobre os pacientes e funcionários.
- c. Limpeza e organização contínua do canteiro de obras e das áreas adjacentes.
- d. Adoção de barreiras físicas e sistemas de ventilação adequados para evitar a contaminação dos ambientes hospitalares.

**9.27.1.** Todas as medidas adotadas pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Controle de Infecção Hospitalar da FUNDAÇÃO. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente os protocolos de controle de infecção hospitalar para garantir um ambiente seguro e salubre para pacientes, funcionários e visitantes.

**9.27.2.** A CONTRATADA deverá realizar monitoramento e avaliação contínuos das condições de salubridade e segurança nas áreas em obra e nos ambientes adjacentes. Quaisquer desvios ou não conformidades deverão ser corrigidos imediatamente, com a devida comunicação à FUNDAÇÃO e à equipe de fiscalização.

**9.27.3.** A CONTRATADA deverá garantir que todos os seus funcionários e subCONTRATADAS envolvidos na execução da obra sejam devidamente orientados sobre as práticas de segurança e salubridade, conforme as normas da FUNDAÇÃO. Orientações específicas deverão ser realizadas para reforçar a importância dessas medidas.

**9.28.** Manter vigilância na obra e assegurar até o seu recebimento pela FUNDAÇÃO, a proteção e conservação de tudo que já tiver sido executado.

**9.29.** Responsabilizar-se por danos e prejuízos causados a pessoas e propriedades em decorrência dos trabalhos de execução de obras e instalações, correndo às suas expensas sem responsabilidade ou ônus algum para a FUNDAÇÃO, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

**9.30.** Desenvolver, simultaneamente à execução dos serviços, o Projeto As Built - como construído - com todas as especificidades e alterações promovidas no projeto original da obra se for o caso.

**9.30.1.** Entregar ao final da obra, como condição para liberação da medição final, o Projeto As Built consolidado e completo, sendo 02 (duas) vias em meio magnético e 01 (uma) cópia plotada e assinada pelo responsável técnico da CONTRATADA.

**9.30.2.** No caso de não haver nenhuma alteração, a CONTRATADA apresentar declaração, de que a obra foi executada integralmente em conformidade com o Projeto original.

**9.31.** Providenciar, tão logo a obra seja concluída, a baixa da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO), da Receita Federal do Brasil.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1** É permitida a subcontratação parcial do objeto.



**10.1.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**10.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**10.3.** A **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE** documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo de contratação.

**10.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Contratante ou de colaborador que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA À EXECUÇÃO**

**11.1** Para garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da convocação, numa das modalidades abaixo:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.2** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

**11.2.1** - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**11.2.2** - Prejuízos causados à Fundação ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**11.2.3** - Multas aplicadas pela Fundação à **CONTRATADA**;

**11.2.4** - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, na hipótese da Fundação ser incluída no polo passivo de ações propostas pelos colaboradores da **CONTRATADA**.



**11.3** - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 60 (sessenta) dias após o término da vigência contratual.

**11.4** - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

**11.5** - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a **CONTRATADA** obrigase a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.6** - Será considerada extinta e liberada a garantia:

**11.6.1** - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE** de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as obrigações contratuais;

**11.6.2** - No prazo de 60(sessenta) dias após o término da vigência do contrato, caso a Fundação não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

**12.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**12.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à **CONTRATANTE**;

**12.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato e não concluir os trabalhos no prazo acordado;

**12.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**12.1.5.** Não manter a proposta, salvo por fato superveniente justificado;

**12.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro dos prazos estipulados neste edital;

**12.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**12.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**12.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**12.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

**12.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE.

**12.3** A sanção de advertência será aplicada na hipótese do cometimento da infração prevista no item 20.1.1.

**12.4** A sanção de multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais penalidades, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

**12.5** A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7.

**12.6** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação será aplicada na hipótese do cometimento das infrações previstas nos itens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10 e 20.1.11.

**12.7** Previamente à aplicação das sanções previstas nos itens II, III e IV, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.7.1** Para análise da aplicação das sanções previstas nos itens III e IV, a Comissão de Contratação instaurará processo de responsabilização, que avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidos, devendo o interessado especificar as provas que pretende produzir.

**12.8** . A multa será cobrada da seguinte forma:

a) Retida dos pagamentos firmados com a contratada, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com a **CONTRATADA**;

b) Descontado do valor da garantia prestada;

c) Cobrado judicialmente.

**12.9.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NORMAS AMBIENTAIS**

**13.1** A **CONTRATADA** deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando pelos danos causados ao meio ambiente, por ação ou omissão, decorrentes da execução do contrato e condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente, nos termos da legislação pertinente.

**13.2.** A **CONTRATADA** responderá pelos crimes ambientais que praticar nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**14.1** As PARTES declaram que estão adequadas e se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal n. 12.965/2014), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema.

**14.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**14.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**14.4** A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**14.5** É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**14.6** A **CONTRATADA** deverá manter sigilo em relação aos dados pessoais tratados em virtude deste contrato, garantindo que todas as pessoas autorizadas a tratar tais dados estão comprometidas, de forma expressa e por escrito, estando sujeitas ao dever de confidencialidade, bem como devidamente instruídas e capacitadas para o tratamento de dados pessoais.

**14.7** A **CONTRATADA** deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

**14.8** À **CONTRATADA** não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, salvo se previsto em lei.



**14.9** A **CONTRATADA** fica obrigada a manter preposto para comunicação com a **CONTRATANTE** para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE COMPLIANCE**

**15.1.** As Partes contratantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei 9 Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

**15.2.** Os contratantes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.

**15.3.** As partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

I. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

I. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

II. Obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas da **CONTRATANTE**;

III. Zelar pelo bom nome comercial da **CONTRATANTE** e a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da **CONTRATANTE**. Em caso de uso indevido do nome da **CONTRATANTE**, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à **CONTRATANTE**, responderá a **CONTRATADA** pelas perdas e danos daí decorrentes;

IV. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela **CONTRATANTE** que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da **CONTRATANTE** bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta.

**15.4.** A **CONTRATADA** declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

**15.5.** A **CONTRATADA** concorda em notificar prontamente à **CONTRATANTE**, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por esta contratado.

**15.6.** A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste Contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Contratação, com observância da legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1** As Partes declaram ciência e expressam concordância que o inteiro teor do presente contrato, reputando-se plenamente válido para todos os fins de direito, sendo certo que poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios ora elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, reconhecido em sua integridade e autenticidade, garantidas por sistema de criptografia, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei n. 10.406/1002 (Código Civil), bem como ao exposto na MP 2.200-2, no que for aplicável.

**17.2.** Quaisquer alterações, aditamentos, proposta anterior ou acordos supervenientes a este contrato somente terão eficácia e obrigação se feitos por escrito, assinados e rubricados pelas partes, que passarão a fazer parte integrante do presente contrato, de forma complementar e indissolúvel.

**17.3.** A eventual tolerância de uma das partes em relação a qualquer infração ou inadimplência cometida pela outra parte, em relação a qualquer cláusula ou outra obrigação contemplada pelo presente contrato, será considerada como mera liberalidade e não constituirá perdão, renúncia, nem novação de quaisquer direitos ou obrigações, tampouco alteração tácita do presente instrumento, podendo a parte tolerante, a qualquer tempo, exigir da outra o fiel cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

**17.4.** As obrigações e direitos decorrentes deste Contrato são intransferíveis, mas vincularão os herdeiros e sucessores a qualquer título das Partes.

**17.5.** É expressamente vedado a qualquer parte que se apresente como representante, empregada, preposta ou agente da outra parte, não tendo autoridade para vincular, assumir ou criar obrigações para a outra, salvo autorização expressa uma da outra para desenvolvimento e melhoria dos serviços.

**17.6.** Todas as ordens de serviço, notificações e entendimentos entre as partes serão feitos, obrigatoriamente, por escrito nas ocasiões próprias, não sendo aceitos quaisquer entendimentos verbais.

**FAA**Fundação Educacional  
Dom André Arcoverde

**17.7.** Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

**17.8** A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato na Imprensa Oficial da União Federal, em forma resumida, em obediência ao disposto no Art. 94 da Lei Federal 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1** As partes elegem o foro da Comarca de Valença/RJ, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justos e acertados, firmam o presente contrato, de igual teor e forma, para um só efeito, obrigando-se a cumprir o que nele está avençado.

Valença, 20 de Outubro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOSE ROGERIO MOURA DE ALMEIDA NETO  
Data: 22/10/2025 15:34:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**JOSE ROGERIO MOURA DE ALMEIDA NETO**  
**CPF: 095.177.327-59**  
PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO  
FAA - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D. ANDRÉ ARCOVERDE  
**(CONTRATANTE)**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RISLEY POSSATI CAMPOS  
Data: 21/10/2025 20:21:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**RISLEY POSSATI CAMPOS**  
**CPF: 322.828.697-53**  
REPRESENTANTE LEGAL  
WAGNER ENGENHARIA EIRELI  
**(CONTRATADA)**

**(24) 2453-0700**

Rua Sargento Victor Hugo, nº 161  
Bairro de Fátima, Valença/RJ  
CEP 27603-086

## FACULDADE UNINASSAU VITÓRIA DA CONQUISTA

## AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

FACULDADE UNINASSAU VITÓRIA DA CONQUISTA  
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR JUVÊNCIO TERRA Ltda. - ME  
CNPJ: 63.182.539/0001-29

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, esta instituição de Educação Superior informa que foram registrados 16 (DEZESSEIS) diplomas no período de 15/08/2025 a 19/08/2025, no seguinte livro de registro e sequências numéricas: [livro 8 - registro 414123 a 414129] e [livro 9 - registro 413214 a 413222]. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <http://www.uninassau.edu.br/>

Vitória da Conquista-BA, 22 de Agosto de 2025  
CAROLINA TAVARES DE OLIVEIRA  
Diretora

## FAINOR FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE LTDA

## AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

A FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE, mantida pela FAINOR Faculdade Independente do Nordeste Ltda, sob CNPJ 03.262.477/0001-33, para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018, informa que foram registrados 99 (noventa e nove) diplomas no período de 22/07/2025 a 09/09/2025, nos seguintes livros de registro e sequência numérica: livro 04-J- registros nº8476 ao nº8499 e livro 04-k- registros nº8500 ao nº8574. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até trinta dias, no endereço <http://www.fainor.com.br>.

Vitória da Conquista, 24 de outubro de 2025.  
ITALO SILVA BRITO  
Diretor Presidente

## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS CLUBES ESPORTIVOS

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES CNPJ 05.232.628/0001-36  
De conformidade com o disposto no Estatuto Social da Federação Nacional dos Clubes Esportivos - FENACLUBES, especialmente quanto à alínea "c", inciso II, do artigo 19, combinada com a alínea "c" do artigo 32, ficam convocados os delegados dos Sindicatos filiados para Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 9 de dezembro de 2025 (terça-feira), às 18 horas em primeira convocação, e às 18:30 horas em segunda convocação, no Hotel Copacabana Palace, Av. Atlântica, 1702, Rio de Janeiro/RJ, para deliberação acerca da seguinte Ordem do Dia: Apresentação e votação da proposta da Diretoria Executiva para reforma e consolidação do Estatuto Social.

Campinas-SP, 23 de outubro de 2025  
ARIALDO BOSCOLO  
Presidente da FENACLUBES

## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ODONTOLOGISTAS

## EDITAL

A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ODONTOLOGISTAS - FNO torna público através deste edital que às onze horas e trinta minutos do dia 24 de outubro de 2025, conforme determinação estatutária e edital publicado no DOU nº 182 seção 3 página 384 de 24 de setembro de 2025, foi encerrado o prazo para inscrição de chapa para as eleições da FNO a ser realizada no dia 24/11/2025 para o Mandato de 2026 / 2029. Informamos que apenas uma chapa foi inscrita com a seguinte composição: PRESIDENTE: David Chadid Warpechowski; 1º VICE-PRESIDENTE: Joana Batista Oliveira Lopes; 2º VICE-PRESIDENTE: César Roberto Schmidt; 3º VICE-PRESIDENTE: Giuliana Mafra Barbosa; SECRETÁRIO-GERAL: Ernani Bezerra da Silva; SECRETÁRIA-ADJUNTA: Carla Andréa Canuto Salgueiro de Moraes; TESOUREIRO-GERAL: Jader Vasconcelos; TESOUREIRA-ADJUNTA: Erotildes Vicência de Sousa Contar; DIRETORA DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES SINDICAIS: Anarda Feitosa Gurgel de Araújo; DIRETORA DE FORMAÇÃO E RELAÇÕES SINDICAIS - ADJUNTA: Sandra Aparecida Barroso Furlan. DIRETORIA SUPLENTE: Rosa Maria Fernandes Wanderley; Edival Toscano Varandas; Joaquina Araújo Amorim; Humberto Grecca Neto; Antônio Carlos Furlan; Alair Rodrigues Cabral; Laura Barbosa Soares; Antônio André Casarim; Fabíola Albuquerque Farias de Medeiros; Nilmaria Alves Lara. CONSELHO FISCAL - TITULARES: Marta Maria Duarte Brandão; Sacadura Espada Lima Júnior; Maria Elency Neves Martins. CONSELHO FISCAL - SUPLENTE: Kéziah Maria Brito Silva de Lucena; José Luiz Barbosa Tanga; Renata Fronzaglia Lollato. DELEGADO REPRESENTANTE JUNTO A CNPJ - TITULARES: David Chadid Warpechowski; Joana Batista Oliveira Lopes. DELEGADO REPRESENTANTE JUNTO A CNPJ - SUPLENTE: César Roberto Schmidt; Giuliana Mafra Barbosa. Fica determinado o prazo de 5 (cinco) dias para possíveis impugnações e concedido o mesmo prazo para regularização das eventuais situações apontadas.

Brasília, 24 de outubro de 2025.  
AILTON COELHO DE ATAÍDE FILHO  
Presidente da FNO

## FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DO RAMO DE RODOVIAS PÚBLICAS, ESTRADAS EM GERAL E PEDÁGIOS

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## ASSEMBLEIAS EXTRAORDINÁRIAS SETORIAIS

O Presidente da entidade, no uso de suas atribuições convoca todos os empregados da categoria, para participarem das assembleias extraordinárias setoriais, que serão realizadas da seguinte forma: 1) no dia 04/11/2025 às 08h30 em 1ª convocação, na Rodovia BR-153, Km 640,6 - Aliança do Tocantins /TO, não havendo quórum necessário a mesma se realizará às 09h00 em 2ª convocação com qualquer número de presentes; 2) no dia 04/11/2025 às 14h30 em 1ª convocação, na Rodovia PI - 397, Km 79,3 - Sebastião Leal - PI, não havendo quórum necessário a mesma se realizará às 15h00 em 2ª convocação com qualquer número de presentes; 3) no dia 05/11/2025 às 08h30 em 1ª convocação, na Rodovia BR-153, Km 745,4 - Alvorada / TO, não havendo quórum necessário a mesma se realizará às 09h00 em 2ª convocação com qualquer número de presentes; 4) no dia 05/11/2025 às 10h00 em 1ª convocação, na Rodovia PI-262, Km 35,8 - Bom Jesus /PI, não havendo quórum necessário a mesma se realizará às 10h30 em 2ª convocação com qualquer número de presentes; 5) no dia 06/11/2025 às 09h00 em 1ª convocação, na Rodovia BR-414, Km 404,1 - Corumbá de Goiás/TO, não havendo quórum necessário a mesma se realizará às 09h30 em 2ª convocação com qualquer número de presentes; 6) no dia 07/11/2025 às 08h30 em 1ª convocação, na Rodovia BR-050, Km. 143 - Domício Ribeiro, Ipameri / GO, não havendo quórum necessário a mesma se realizará às 09h00 em 2ª convocação com qualquer número de presentes; para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: a) Concessão de poderes à Diretoria para manter as negociações coletivas, celebrar acordos, aditivos e convenção coletiva, aceitar e rejeitar as propostas patronais, instaurar dissídio coletivo em função da categoria como um todo, na forma do artigo 8º, III da Constituição; b) Leitura, discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações dos empregados nas empresas concessionárias no ramo de rodovias públicas e estradas em geral e pedágios para o ano de 2026, visando o início das negociações da data base de 1º de março com as entidades patronais representantes da categoria econômica; c) leitura e discussão da proposta para contribuição da categoria profissional para formação da receita orçamentária da Federação; d) Autorizar a deflagração de greve, em casos de malogro das negociações.

Brasília, 24 de outubro de 2025  
ROSEVALDO JOSÉ DE OLIVEIRA

## FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVAÍ E JUNDIAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO  
COLETA DE PREÇOS Nº 2/2025

REPUBLICAÇÃO CNPJ 11.513.961/0001-16

A Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Agência das Bacias PCJ torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta, por meio de seleção de propostas na modalidade de Coleta de Preços do tipo menor preço, a prestação de serviços para organizar, produzir e ministrar aulas em cursos para operadores e gestores de Sistemas de Tratamento de Água e de Efluentes Domésticos, subordinando-se às disposições da Resolução ANA nº 122/2019. Os envelopes com a documentação e as propostas deverão ser entregues na sede da Agência das Bacias PCJ, localizada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, sala 604, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP, até às 09h00 do dia 14 de novembro de 2025. O início da abertura dos envelopes será às 09h30 do dia 14 de novembro de 2025 na Sala 803, situada à Rua Alfredo Guedes, nº 1949, Edifício Rácz Center, Bairro Higienópolis, CEP 13.416-901, Piracicaba, SP. O Ato convocatório completo encontra-se à disposição na sede da Fundação Agência das Bacias PCJ, na Rua Alfredo Guedes, 1949, Edifício Rácz Center, sala 604, Higienópolis, Piracicaba, SP, no site [www.agencia.baciaspcj.org.br](http://www.agencia.baciaspcj.org.br) e no site [www.comitespcj.org.br](http://www.comitespcj.org.br).

Piracicaba, 24 de outubro de 2025.  
EDUARDO MASSUH CURY  
Presidente da Comissão de Seleção e Julgamento

SERGIO RAZERA  
Diretor-Presidente

## FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

## EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP. Contratada: METRO CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ: 50.598.118/0001-31, Objeto: "Contratação de Serviços de Engenharia para Reforma e Adaptação do Bloco V com fins de Implantação da Escola Nacional do Turismo", conforme o Instrumento Convocatório de Seleção Pública Eletrônica de Fornecedores nº 90077/2025, originado na Requisição WEB nº 10904/2025, para o cumprimento de atividades do plano de trabalho do Projeto nº 5660 IFPA/FADESP-ESCOLA DE TURISMO (CONT 26/2024). R\$ 352.062,08 - Foro da Justiça de Belém-Pa. Roberto Ferraz Barreto pela contratante, e pela contratada Sr. Fernando Tadeu Melo e Silva. Roberto Ferraz Barreto Diretor Executivo

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa. Contratada: Thermo Fisher Scientific (Bremen) GmbH. Objeto: Peças de Reposição para Espectrômetro de Massas. SIMP: 5629/01/24728/25. No valor total de EUR 15.908,13. Projeto: 5629 - PETROBRAS/UFPA/FADESP-SISTEMA U-PB. Amparo legal: INEXIGIBILIDADE com fulcro no Artigo 74, Inciso I da Lei 14.133/2021. Homologação: Diretor Executivo - Prof. Dr. Roberto Ferraz Barreto pela FADESP. Roberto Ferraz Barreto - Diretor Executivo

## FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação. Publicação de artigo na revista Australian Journal of Crop Science. Empresa: Southern Cross Publishing. Valor AUD 610,30 (seiscentos e dez dólares australianos e trinta centavos de dólar) nos termos do disposto no artigo 74, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, por seus próprios fundamentos jurídicos. São Carlos, 24 de outubro de 2025. Sr. Reginaldo Kirisawa Baldan - Gerente Administrativo e Financeiro.

## FUNDACAO CENTRO DE POLITICAS PUBLICAS E AVALIACAO DA EDUCACAO - FUNDACAO CAED

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/2025

Objeto: Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços, tem por objeto a contratação de serviço de fretamento de veículos com motorista, para o transporte terrestre de passageiros no município de Juiz de Fora/MG, a fim de atender as demandas do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd/UFJF.

Edital e entrega das propostas: a partir do dia 17/10/2025 às 09h00 no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Abertura das propostas: 04/11/2025 às 09h30, no endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

Juiz de Fora, 17 de outubro de 2025.  
SABRINA FERREIRA MATOS DE SCHEPPER  
Pregoeira

## FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL PATROCÍNIO

## AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Mantenedora: Fundação Comunitária, Educacional e Cultural de Patrocínio - FUNCECP/CNPJ: 17.839.812/0001-28. Mantida: Centro Universitário do Cerrado Patrocínio - UNICERP.

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº 1095, de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 02 (dois) diplomas no dia 16/10/2025, nos seguintes livros de registro e sequências numéricas: [ESMA07 - 01 registro de número 0067] e [CIAE07 - 01 registro de número 0065]. A consulta dos registros pode ser verificada, dentro de quinze dias, pela página <http://www.unicerp.edu.br/diplomas>.

Patrocínio-MG, 20 de outubro de 2025.  
IÊDA PEREIRA DE MAGALHÃES MARTINS  
Reitora

## FUNDAÇÃO EDUCACIONAL D. ANDRÉ ARCOVERDE

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2025

PROCESSO: Concorrência Presencial nº 001/2025 - Lei nº 14.133/2021 PARTES: CONTRATANTE: Fundação Educacional Dom André Arcoverde - FAA / Hospital Escola Luiz Giosseffi Jannuzzi, inscrita no CNPJ sob o nº 27.034.535/0001-65. CONTRATADA: Wagner Engenharia Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 35.750.041/0001-80. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma do Hospital Escola Luiz Giosseffi Jannuzzi, conforme projeto básico, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e demais especificações técnicas constantes do Edital da Concorrência Presencial nº 001/2025 e seus anexos. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital da Concorrência Presencial nº 001/2025. VALOR GLOBAL: R\$ 1.285.552,70 (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual será de 04 (quatro) meses, contados do recebimento da ordem/termo de início dos serviços pela CONTRATADA, findando-se após o recebimento definitivo dos serviços. DATA DE ASSINATURA: 20 de outubro de 2025.



**FAA**Fundação Educacional  
Dom André Arcoverde

### AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DE OBRA

Autorizo, para todos os fins, o início da obra referente à **Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde**, Contrato de Repasse nº 960397, a ser executada pela empresa **WAGNER ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 35.750.041/0001-80, vinculado ao contrato nº 001/2025.

A obra está autorizada a iniciar-se a partir do dia **25 de novembro de 2025**, conforme autorização do sistema "TransfereGov", devendo ser executada conforme as especificações técnicas, normas de segurança, legislações vigentes e condições estabelecidas em contrato.

Declaro, ainda, que a empresa está ciente de suas responsabilidades técnicas, legais e operacionais relacionadas à execução dos serviços.

Valença/RJ, 25 de novembro de 2025.

José Rogério Moura de Almeida Neto

Presidente da Fundação Educacional Dom André Arcoverde – FAA

CIENTE: 11/12/2025